

No. 39826

**Paraguay
and
Portugal**

Agreement between the Republic of Paraguay and the Portuguese Republic on the promotion and reciprocal protection of investments (with protocol). Lisbon, 25 November 1999

Entry into force: *3 November 2001, in accordance with article 13*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Paraguay, 16 January 2004*

**Paraguay
et
Portugal**

Accord entre la République du Paraguay et la République portugaise relatif à la promotion et à la protection réciproque des investissements (avec protocole). Lisbonne, 25 novembre 1999

Entrée en vigueur : *3 novembre 2001, conformément à l'article 13*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Paraguay, 16 janvier 2004*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA DO PARAGUAI
E A REPÚBLICA PORTUGUESA SOBRE A
PROMOÇÃO E A PROTECÇÃO RECÍPROCAS
DE INVESTIMENTOS**

A República do Paraguai e a República Portuguesa adiante designadas como Partes Contratantes,

Animadas do desejo de intensificar a cooperação económica entre os dois Estados,

Desejando criar e manter condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de qualquer das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante na base da igualdade e do benefício mútuos,

Reconhecendo que a promoção e a protecção recíproca de investimentos nos termos deste Acordo, contribuirá para estimular a iniciativa privada e incrementar o bem-estar de ambos os povos.

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1º

Definições

Para efeitos do presente Acordo,

1. O termo "investimentos" compreenderá toda a espécie de bens e direitos aplicados em empreendimentos de actividades económicas por investidores de qualquer das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, nos termos da respectiva legislação aplicável sobre a matéria, incluindo em particular mas não exclusivamente:

a) propriedade sobre bens móveis e imóveis, bem como quaisquer outros direitos reais; tais como hipotecas e penhores;

b) acções, quotas ou outras partes sociais que representem o capital de sociedades ou quaisquer outras formas de participação em sociedades, assim como os interesses económicos resultantes da respectiva actividade.

c) direitos de crédito ou quaisquer outros direitos com valor económico, sempre que directamente ligados a um investimento específico;

d) direitos de propriedade intelectual tais como direitos de autor, patentes, modelos de utilidade e desenhos industriais, marcas, denominações comerciais, processos técnicos, know-how, e clientela (aviamento);

e) aquisição e desenvolvimento de concessões conferidas nos termos da lei, incluindo concessões para prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais;

f) bens que no âmbito e de conformidade com a legislação e respectivos contratos de locação, sejam colocados à disposição de um locador no território de uma Parte Contratante em conformidade com as suas leis e regulamentos

Qualquer alteração na forma de realização dos investimentos não afectará a sua qualificação como investimentos, desde que essa alteração seja feita de acordo com as leis e regulamentos da Parte Contratante no território da qual os investimentos tenham sido realizados.

2. O termo "rendimentos" designará as somas produzidas ou geradas por, ou em conexão com, investimentos num determinado período, incluindo em particular lucros, dividendos, juros, "royalties", pagamentos por conta de assistência técnica ou de gestão e outros rendimentos relacionados com investimentos.

3. O termo "investidores" designa:

a) pessoas singulares, com a nacionalidade de qualquer uma das Partes Contratantes, nos termos da respectiva legislação; e

b) pessoas colectivas, incluindo empresas, sociedades comerciais ou outras sociedades ou associações, que tenham sede no território de uma das Partes Contratantes, estejam constituídas e funcionem de acordo com a lei dessa Parte Contratante.

4. O termo "território" compreenderá o território de cada uma das Partes Contratantes, tal como se encontra definido nas respectivas leis, incluindo o mar territorial, e qualquer outra zona sobre a qual a Parte Contratante em questão exerça, de acordo com o direito internacional, soberania, direitos soberanos ou jurisdição.

ARTIGO 2º

Aplicação do Acordo

O presente Acordo aplicar-se-á igualmente aos investimentos realizados antes da sua entrada em vigor, por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, em conformidade com as respectivas disposições legais. Sem embargo, o presente Acordo não se aplicará a controvérsias, reclamações ou diferendos surgidos antes da sua entrada em vigor.

ARTIGO 3º

Promoção e Protecção dos Investimentos

1. Qualquer das Partes Contratantes promoverá e encorajará, na medida do possível, a realização de investimentos por investidores da outra Parte Contratante no seu território, admitindo tais investimentos de acordo com as respectivas leis e regulamentos aplicáveis sobre a matéria. Em qualquer caso, concederão aos investimentos tratamento justo e equitativo.

2. Os investimentos realizados por investidores de qualquer das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante em conformidade com as respectivas disposições legais vigentes e aplicáveis nesse território, gozarão de plena protecção e segurança no território da outra Parte Contratante.

3. Nenhuma Parte Contratante sujeitará a gestão, manutenção, uso, fruição ou disposição dos investimentos realizados no seu território por investidores de outra Parte Contratante a medidas injustificadas, arbitrárias ou de carácter discriminatório.

ARTIGO 4º

Tratamento Nacional e da Nação Mais Favorecida

1. Os investimentos realizados por investidores de qualquer Parte Contratante no território da outra Parte Contratante, bem como os respectivos rendimentos, serão objecto de tratamento justo e equitativo e não menos favorável do que o concedido pela última Parte Contratante aos seus próprios investidores ou a investidores de terceiros Estados.

2. Ambas as Partes Contratantes concederão aos investidores da outra Parte Contratante, no que respeita à gestão, manutenção, uso, fruição ou disposição dos investimentos realizados no seu território, um tratamento justo e equitativo e não menos favorável do que o concedido aos seus próprios investidores ou a investidores de terceiros Estados.

3. As disposições legais deste Artigo não implicam a concessão de tratamento de preferência ou privilégio por uma das Partes Contratantes a investidores da outra Parte Contratante que possa ser outorgado em virtude de:

a) participação em zonas de comércio livre, uniões aduaneiras, mercados comuns existentes ou a criar, e em outros acordos internacionais similares, incluindo outras formas de cooperação económica, a que qualquer das Partes Contratantes tenha aderido ou venha a aderir, e

b) acordos bilaterais , multilaterais , com carácter regional ou não, de natureza fiscal.

ARTIGO 5º

Expropriação

Os investimentos realizados por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, não serão sujeitos a expropriação, nacionalização ou outras medidas de efeito equivalente (adiante referidas como expropriação), excepto por motivos de interesse público, incluindo interesse social, nos termos da lei, numa base não discriminatória e mediante pagamento de uma compensação pronta, adequada e efectiva. Tal compensação deverá corresponder ao valor de mercado que o investimento em causa tinha na primeira de duas datas: imediatamente antes da data de expropriação ou imediatamente antes do momento em que a expropriação tenha sido do conhecimento público. Caso se verifique uma demora não justificada no pagamento da compensação, esta incluirá juros à taxa comercial usual.

ARTIGO 6º

Compensação por perdas

Os investidores de uma das Partes Contratantes que venham a sofrer perdas de investimentos no território da outra Parte Contratante em virtude de guerra ou outros conflitos armados, revolução, estado de emergência nacional e outros eventos considerados equivalentes pelo direito internacional, receberão dessa Parte Contratante tratamento não menos favorável do que o concedido aos seus próprios investidores ou a investidores de terceiros Estados, consoante o que for mais favorável, no que diz respeito à restituição, indemnizações ou outros factores pertinentes. As compensações daí resultantes deverão ser transferíveis livremente e sem demora em moeda convertível.

ARTIGO 7º

Transferências

1. Cada Parte Contratante, em conformidade com a respectiva legislação aplicável à matéria, garantirá aos investidores da outra Parte Contratante, a livre transferência das importâncias relacionadas com os investimentos, nomeadamente:

a) do capital e das importâncias adicionais necessárias à manutenção ou ampliação dos investimentos;

b) dos rendimentos definidos no nº 2 do Artigo 1 deste Acordo;

c) das importâncias necessárias para o serviço, reembolso e amortização de empréstimos;

d) do produto resultante da alienação ou da liquidação total ou parcial dos investimentos;

e) das indemnizações ou outros pagamentos previstos nos Artigos 5º e 6º deste Acordo; ou

f) de quaisquer pagamentos preliminares que possam ter sido efectuados em nome do investidor de acordo com o Artigo 8º do presente Acordo.

2. As transferências referidas neste Artigo serão efectuadas sem demora, em moeda convertível, à taxa de câmbio aplicável na data de transferência, de acordo com a legislação cambial vigente na Parte Contratante em cujo território se realizou o investimento.

3. Para os efeitos do presente Artigo entender-se-á que uma transferência foi realizada "sem demora" quando a mesma for efectuada dentro do prazo normalmente necessário para o cumprimento das formalidades indispensáveis, o qual não poderá em caso algum exceder 60 (sessenta) dias a contar da data de apresentação do requerimento de transferência.

4. Sem prejuízo das disposições dos parágrafos anteriores do presente Artigo, as Partes Contratantes devem assegurar o cumprimento dos procedimentos legais de natureza civil, incluindo laboral e comercial, administrativa e criminal, através da aplicação da respectiva legislação de um modo equitativo, não discriminatório e com base em princípios de boa-fé.

ARTIGO 8º

Subrogação

No caso de uma das Partes Contratantes ou a agência por ela designada efectuar pagamentos a um dos seus investidores por virtude de uma garantia ou seguro para cobrir riscos não comerciais, em relação a um investimento realizado no território da outra Parte Contratante, aquela ficará por esse facto subrogada nos direitos e acções desse investidor, reconhecido pela legislação da Parte Contratante em cujo território se realizou o investimento, podendo exercê-los nos mesmos termos e condições que o titular originário.

ARTIGO 9º

Diferendos entre as Partes Contratantes

1. Os diferendos que surjam entre as Partes Contratantes sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo serão, na medida do possível, resolvidos através de negociações, por via diplomática.

2. Se as Partes Contratantes não chegarem a acordo no prazo de seis (6) meses após o início das negociações, o diferendo será submetido a um tribunal arbitral, a pedido de qualquer das Partes Contratantes.

3. O Tribunal Arbitral será constituído ad hoc, do seguinte modo: cada Parte Contratante designará um membro e ambos os membros proporão um nacional de um terceiro Estado como presidente, que será nomeado pelas duas Partes Contratantes. Os membros serão nomeados no prazo de dois (2) meses e o presidente no prazo de três (3) meses a contar da data em que uma das Parte Contratantes tiver comunicado à outra a intenção de submeter o diferendo a um tribunal arbitral.

4. Se os prazos fixados no nº 3 deste Artigo não forem observados, qualquer das Partes Contratantes poderá, na falta de qualquer outro acordo, solicitar ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça que proceda às necessárias nomeações. Se o Presidente estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao Vice-Presidente.

5. Se este também estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao membro do Tribunal que se siga na hierarquia, desde que esse membro não seja nacional de qualquer das Partes Contratantes.

6. O presidente do tribunal arbitral tem de ser nacional de um Estado com o qual ambas as Partes Contratantes mantenham relações diplomáticas.

7. O tribunal arbitral decidirá por maioria de votos. As suas decisões serão definitivas e obrigatórias para ambas as Partes Contratantes. A cada Parte Contratante caberá suportar as despesas do respectivo árbitro, bem como da respectiva representação no processo perante o tribunal arbitral. Ambas as Partes Contratantes suportarão em partes iguais as despesas do presidente, bem como as demais despesas. As Partes Contratantes, previamente, poderão acordar um regulamento diferente quanto às despesas. O tribunal arbitral definirá as suas próprias regras processuais.

ARTIGO 10º

Diferendos entre uma Parte Contratante e um investidor da outra Parte Contratante

1. Os diferendos emergentes entre um investidor de uma das Partes Contratantes e a outra Parte Contratante relacionados com um investimento do primeiro no território da segunda serão resolvidos de forma amigável através de negociações entre as partes em diferendo.

2. Se os diferendos não puderem ser resolvidos de acordo com o disposto no parágrafo 1 deste Artigo no prazo de seis (6) meses contados da data em que uma das partes litigantes o tiver suscitado, qualquer das partes poderá submeter o diferendo:

a) aos tribunais competentes da Parte Contratante no território da qual se situa o investimento;

b) ao Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos (CIRDI) para a conciliação ou arbitragem nos termos da Convenção para a Resolução de Diferendos entre Estados e Nacionais de outros Estados celebrada em Washington D.C. em 18 de Março de 1965;

c) a um tribunal ad hoc, estabelecido de acordo com as regras da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (CNUDCI).

3. Uma vez aceite expressamente pela outra Parte e submetido o diferendo a um dos procedimentos referidos nas alíneas a), b) e c) do parágrafo anterior a selecção será definitiva.

4. Nenhuma das Partes Contratantes poderá recorrer às vias diplomáticas para resolver qualquer questão relacionada com a arbitragem, salvo se o processo já estiver concluído e a Parte Contratante não tiver acatado nem cumprido a decisão.

5. A sentença será obrigatória para ambas as partes e não será objecto de qualquer tipo de recurso para além dos previstos nas referidas Convenções. A sentença será vinculativa de acordo com a lei interna da Parte Contratante no território da qual se situa o investimento em causa.

ARTIGO 11°

Aplicação de outras regras

1. Se para além do presente Acordo as disposições da lei interna de uma das Partes Contratantes ou as obrigações emergentes do direito internacional em vigor ou que venha a vigorar entre as duas Partes Contratantes estabelecerem um regime, geral ou especial, que confira aos investimentos efectuados por investidores da outra Parte Contratante um tratamento mais favorável do que o previsto no presente Acordo, prevalecerá sobre este o regime mais favorável.

2. Cada Parte Contratante deverá cumprir as obrigações assumidas em relação aos investimentos realizados por investidores da outra Parte Contratante no seu território.

ARTIGO 12°

Consultas

Os representantes das Partes Contratantes deverão, sempre que necessário, realizar reuniões sobre qualquer matéria relacionada com a aplicação deste Acordo. Estas consultas serão realizadas sob proposta de qualquer das Partes Contratantes podendo, se necessário, propor a realização de reuniões, em lugar e data a acordar por via diplomática.

ARTIGO 13°

Entrada em vigor e duração

1. Este Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de entrega da última notificação através da qual as Partes Contratantes se hajam notificado reciprocamente, por escrito, do cumprimento dos procedimentos constitucionais, necessários para a sua aprovação nos respectivos países e permanecerá em vigor por um período de dez (10) anos.

2. No caso de qualquer das Partes Contratantes decidir pôr termo a este Acordo deverá notificar a sua decisao , por escrito, à outra Parte Contratante, com a antecedência mínima de doze (12) meses da data do termo do período de vigência. Caso contrário, o presente Acordo será prorrogado por tempo indeterminado, e, durante esse período, as Partes Contratantes poderao notificar a sua decisao de pôr termo ao presente Acordo, que se terá por terminado doze (12) meses depois da notificação escrita.

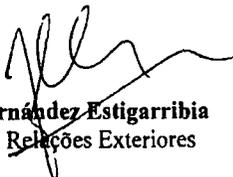
3. Ocorrendo o término do presente Acordo nos termos do número precedente, e relativamente aos investimentos já realizados, as disposições dos artigos 1º a 12º continuarão em vigor por mais um período de dez (10) anos a partir da data de denúncia do presente Acordo.

Em fé do que, os abaixo-assinados, estando devidamente autorizados pelos respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em duplicado, em Lisboa, no dia 25 do mês de Novembro do ano de 1999, em língua espanhola e portuguesa, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Pela República do Paraguai

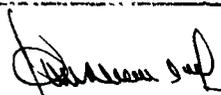
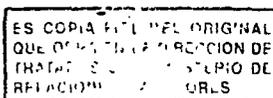
Pela República Portuguesa



José Félix Fernández Estigarribia
Ministro das Relações Exteriores



Jaime Gama
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Gloria Amarilla
Directora de Tratados

PROTOCOLO

Por ocasião da assinatura do Acordo sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos entre a República do Paraguai e a República Portuguesa os plenipotenciários abaixo assinados acordaram ainda nas seguintes disposições, que constituem parte integrante de referido Acordo:

1. Com referência ao Artigo 3º do presente Acordo :

Aplicar-se-á o disposto no nº1 quando os investidores de qualquer das Partes Contratantes estabelecidos no território da outra Parte Contratante pretendam ampliar as suas actividades em sectores submetidos a uma regulamentação específica ou pretendam realizar investimentos noutros sectores, também submetidos a uma regulamentação específica.

Tais investimentos deverão ser realizados de acordo com as regras de admissão dos investimentos, nos termos do Artigo 3º nº1 do presente Acordo.

2. Com o respeito ao Artigo 4º do presente Acordo:

As Partes Contratantes consideram que as disposições do Artigo 4º do presente Acordo não prejudicam o direito de qualquer das Partes Contratantes aplicar as disposições do seu direito fiscal.

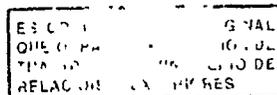
Feito em duplicado, em Lisboa, no dia 25 do mês de Novembro do ano de 1999, em língua espanhola e portuguesa, ambos os textos fazendo igualmente fé

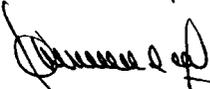
Pela República do Paraguai

Pela República Portuguesa


José Félix Fernández Estigarríbia
Ministro das Relações Exteriores


Jaime Gama
Ministro dos Negócios Estrangeiros




Gloria Amarilla
Directora de Tratados

**ACUERDO ENTRE LA REPUBLICA DEL PARAGUAY
y
LA REPUBLICA PORTUGUESA
SOBRE PROMOCION Y PROTECCION RECÍPROCA DE
INVERSIONES**

La República del Paraguay y la República Portuguesa, en adelante denominadas como Partes Contratantes,

ANIMADAS por el deseo de intensificar la cooperación económica entre ambos Estados,

DESEANDO crear y mantener condiciones favorables para la realización de inversiones por los inversionistas de cualquiera de las Partes Contratantes en el territorio de la otra Parte Contratante en base a la igualdad y al beneficio mutuos,

RECONOCIENDO que la promoción y la protección recíproca de inversiones en los términos de este Acuerdo contribuirán para estimular la iniciativa privada e incrementar el bienestar de ambos pueblos,

Acuerdan lo siguiente:

**Artículo 1
DEFINICIONES**

A los efectos del presente Acuerdo,

1. El término "inversiones" comprenderá todo tipo de bienes y derechos aplicados en emprendimientos de actividades económicas por inversionistas de cualquiera de las Partes Contratantes en el territorio de la otra Parte Contratante, en los términos de la respectiva legislación aplicable sobre la materia, incluyendo en particular, aunque no exclusivamente:
 - a) propiedad sobre bienes muebles e inmuebles, así como los demás derechos reales, tales como hipotecas y prendas;
 - b) acciones, cuotas u otras partes sociales que representen al capital de sociedades o cualesquiera otras formas de participación en sociedades, así como los intereses económicos resultantes de la respectiva actividad;
 - c) derechos de crédito o cualesquiera otros derechos con valor económico, siempre que estén directamente vinculados a una inversión específica;

- d) derechos de propiedad intelectual tales como derechos de autor, patentes, modelos de utilidad y diseños industriales, marcas, denominaciones comerciales, procesos técnicos, know how, y valor llave;
- e) adquisición y desarrollo de concesiones otorgadas conforme a la ley, incluyendo concesiones para la prospección, investigación y explotación de recursos naturales;
- f) bienes que en el ámbito y de conformidad con la legislación y respectivos contratos de locación, sean puestos a disposición de un locador en el territorio de una Parte Contratante de conformidad con sus leyes y reglamentos.

Cualquier modificación en la forma de realización de las inversiones no afectará su calificación como inversiones, siempre que dicha modificación sea efectuada de acuerdo a las leyes y reglamentos de la Parte Contratante en el territorio en el cual las inversiones hayan sido realizadas.

- 2. El término "ganancias" designará las sumas producidas o generadas por, o en conexión con, inversiones en un periodo determinado, incluyendo en especial utilidades, dividendos, intereses, "royalties", pagos a cuenta de asistencia técnica o de gestión y otros rendimientos relacionados con inversiones.
- 3. El término "inversionistas" designa:
 - a) personas físicas, con la nacionalidad de cualesquiera de las Partes Contratantes, en los términos de la respectiva legislación; y
 - b) personas jurídicas, incluyendo empresas, sociedades comerciales u otras sociedades o asociaciones, que tengan su sede en el territorio de una de las Partes Contratantes, estén constituidas y funcionen de acuerdo a las leyes de dicha Parte Contratante.
- 4. El término "territorio" comprenderá el territorio de cada una de las Partes Contratantes, tal como se encuentra definido en las respectivas leyes, incluyendo el mar territorial y cualquier otra zona sobre la cual la Parte Contratante en cuestión ejerza, conforme al derecho internacional, soberanía, derechos soberanos o jurisdicción.

Artículo 2 APLICACION DEL ACUERDO

El presente Acuerdo se aplicará igualmente a las inversiones realizadas antes de su entrada en vigor, por inversionistas de una de las Partes Contratantes en el territorio de la otra Parte Contratante, de conformidad con las respectivas disposiciones legales. Sin embargo, el presente Acuerdo no será aplicado a ninguna controversia, reclamo, o diferendo que se hubiese originado con anterioridad a su entrada en vigor.

Artículo 3
PROMOCION Y PROTECCION DE LAS INVERSIONES

1. Cualesquiera de las Partes Contratantes promoverá y alentará, en la medida de lo posible, la realización de inversiones por parte de inversionistas de la otra Parte Contratante en su territorio, admitiendo tales inversiones de acuerdo con las respectivas leyes y reglamentos aplicables sobre la materia. En cualquier caso, concederán a las inversiones un tratamiento justo y equitativo.
2. Las inversiones realizadas por inversionistas de cualquiera de las Partes Contratantes en el territorio de la otra Parte Contratante de conformidad con las respectivas disposiciones legales vigentes y aplicables en dicho territorio, gozarán de plena protección y seguridad en el territorio de la otra Parte Contratante.
3. Ninguna Parte Contratante someterá la gestión, mantenimiento, uso, usufructo o disposición de las inversiones realizadas en su territorio por inversionistas de la otra Parte Contratante a medidas injustificadas, arbitrarias o de carácter discriminatorio.

Artículo 4
TRATAMIENTO NACIONAL Y DE LA NACION MÁS FAVORECIDA

1. Las inversiones realizadas por inversionistas de cualquiera de las Partes Contratantes en el territorio de la otra Parte Contratante, así como las respectivas ganancias, serán objeto de tratamiento justo y equitativo y no menos favorable que el concedido por la última Parte Contratante a sus propios inversionistas o a inversionistas de terceros Estados.
2. Ambas Partes Contratantes concederán a los inversionistas de la otra Parte Contratante, en lo que respecta a la gestión, mantenimiento, uso, usufructo o disposición de las inversiones realizadas en su territorio, un tratamiento justo y equitativo y no menos favorables que el concedido a sus propios inversionistas o a inversionistas de terceros Estados.
3. Las disposiciones legales de este Artículo no implican la concesión de tratamiento de preferencia o privilegio por una de las Partes Contratantes a inversionistas de la otra Parte Contratante que pueda ser otorgado en virtud de:
 - a) participación en zonas de libre comercio, uniones aduaneras, mercados comunes existentes o a crearse, y en otros acuerdos internacionales similares, incluyendo otras formas de cooperación económica, a las que cualquiera de las Partes Contratantes se haya adherido o llegue a adherirse; y
 - b) Acuerdos bilaterales, multilaterales, con carácter regional o no, de naturaleza fiscal.

**Artículo 5
EXPROPIACION**

Las inversiones realizadas por inversionistas de una Parte Contratante, en el territorio de la otra Parte Contratante, no serán sujetas a expropiaciones, nacionalizaciones, u otras medidas equivalentes (en adelante referido como expropiación), excepto por motivos de interés público, incluyendo el interés social, según los términos de la ley, sobre una base no discriminatoria y mediante el pago de una indemnización pronta, adecuada y efectiva. Tal compensación deberá corresponder al valor de mercado que la inversión tenía, en la fecha, inmediatamente antes de la expropiación o inmediatamente antes del momento en que la expropiación haya sido de conocimiento público. En caso de que se produzca una demora no justificada en el pago de la compensación, este incluirá intereses a la tasa comercial usual.

**Artículo 6
COMPENSACION POR PERDIDAS**

Los inversionistas de una de las Partes Contratantes que llegaren a sufrir pérdidas de inversiones en el territorio de la otra Parte Contratante en virtud de guerra u otros conflictos armados, revolución, estado de emergencia nacional y otros eventos considerados equivalentes por el derecho internacional, recibirán de dicha Parte Contratante un tratamiento no menos favorable que el concedido a sus propios inversionistas o a inversionistas de terceros Estados, conforme a lo que fuere más favorable, en lo que respecta a restitución, indemnizaciones u otros factores pertinentes. Las compensaciones resultantes de ello deberán ser libremente transferibles y sin demora, en moneda convertible.

**Artículo 7
TRANSFERENCIAS**

1. Cada Parte Contratante, de conformidad con la respectiva legislación aplicable a la materia, garantizará a los inversionistas de la otra Parte Contratante la libre transferencia de las sumas relacionadas con las inversiones, a saber:
 - a) del capital y de las sumas adicionales necesarias para el mantenimiento o ampliación de las inversiones;
 - b) de las ganancias definidas en el numeral 2 del Artículo 1 de este Acuerdo;
 - c) de las sumas necesarias para el servicio, reembolso y amortizaciones de préstamos;
 - d) del producto resultante de la enajenación o de la liquidación total o parcial de las inversiones;
 - e) de las indemnizaciones u otros pagos previstos en los Artículos 5 y 6 de este Acuerdo; o
 - f) de cualquier pago preliminar que pueda haber sido efectuado en nombre del inversionista de acuerdo al Artículo 8 del presente Acuerdo.

2. Las transferencias citadas en este Artículo serán efectuadas sin demora, en moneda convertible, en base al tipo de cambio aplicable en la fecha de transferencia, de conformidad con las reglamentaciones del régimen de divisa vigentes de la Parte Contratante en cuyo territorio se realizó la inversión.
3. A los efectos del presente Artículo se entenderá que una transferencia fue realizada "sin demora" cuando la misma fuere efectuada dentro del plazo normalmente necesario para el cumplimiento de las formalidades indispensables, lo cual no podrá en ningún caso exceder sesenta (60) días a contar desde la fecha de presentación de la solicitud de transferencia.
4. Sin perjuicio de las disposiciones de los numerales anteriores del presente Artículo, las Partes Contratantes deben asegurar el cumplimiento de procedimientos legales de naturaleza civil, incluyendo lo laboral y comercial, administrativo y penal, a través de la aplicación de la respectiva legislación de un modo equitativo, no discriminatorio y en base a principios de buena fe.

Artículo 8 SUBROGACION

En caso que una de las Partes Contratantes o la agencia designada por ella efectúe pagos a uno de sus inversionistas en virtud de una garantía o seguro para cubrir riesgos no comerciales, en relación a una inversión realizada en el territorio de la otra Parte Contratante, aquella quedará por este hecho subrogada en los derechos y acciones de dicho inversionista, reconocidos por la legislación de la Parte Contratante en cuyo territorio se realizó la inversión, pudiendo ejercerlos en los mismo términos y condiciones que el titular originario.

Artículo 9 DIFERENDO ENTRE LAS PARTES CONTRATANTES

1. Los diferendos que surjan entre las Partes Contratantes sobre la interpretación o aplicación del presente Acuerdo serán, en la medida de lo posible, resueltos mediante negociaciones, por vía diplomática.
2. Si las Partes Contratantes no llegaren a un Acuerdo en el plazo de seis (6) meses luego del inicio de las negociaciones, el diferendo será sometido a un tribunal arbitral, a pedido de cualquiera de las Partes Contratantes.
3. El Tribunal Arbitral será constituido ad hoc, del siguiente modo: cada Parte Contratante designará a un miembro y ambos miembros propondrán a un nacional de un tercer Estado como Presidente, que será nombrado por las dos Partes Contratantes. Los miembros serán nombrados en el plazo de dos (2) meses y el Presidente en el plazo de tres (3) meses a contar desde la fecha en que una de las Partes Contratantes hubiere comunicado a la otra la intención de someter el diferendo a un tribunal arbitral.
4. Si los plazos fijados en el numeral 3 de este Artículo no fueren observados, cualquiera de las Partes Contratantes podrá, a falta de cualquier otro acuerdo, solicitar al Presidente del Tribunal Internacional de justicia que proceda a las

necesarias designaciones. Si el Presidente tuviere un impedimento o fuere un nacional de una de las Partes Contratantes, las designaciones corresponderán al Vicepresidente.

5. Si este también tuviere un impedimento o fuere nacional de una de las Partes Contratantes, las designaciones corresponderán al miembro del Tribunal que le siga en jerarquía, siempre que ese miembro no sea un nacional de cualquiera de las Partes Contratantes.
6. El Presidente del tribunal Arbitral debe ser un nacional de un estado con el cual ambas Partes Contratantes mantengan relaciones diplomáticas.
7. El Tribunal Arbitral decidirá por mayoría de votos. Sus decisiones serán definitivas y obligatorias para ambas Partes Contratantes. A cada Parte Contratante corresponderá afrontar los gastos de su respectivo árbitro, así como de la respectiva representación en el proceso ante el Tribunal Arbitral. Ambas Partes Contratantes correrán por partes iguales con los gastos del Presidente, así como los demás gastos. Las Partes Contratantes, previamente, podrán acordar un reglamento diferente en cuanto a los gastos. El tribunal Arbitral definirá sus propias reglas procesales.

Artículo 10

DIFERENDO ENTRE UNA PARTE CONTRATANTE Y UN INVERSIONISTA DE LA OTRA PARTE CONTRATANTE

1. Los diferendos que surjan entre un inversionista de una de las Partes Contratantes y la otra Parte Contratante relacionados con una inversión del primero en el territorio de la segunda serán resueltos de forma amigable mediante negociaciones entre las partes en diferendo.
2. Si los diferendos no pudieren ser resueltos de acuerdo a lo dispuesto en el numeral 1 de este Artículo en el plazo de seis (6) meses contados desde la fecha en que una de las partes litigantes lo hubiere solicitado, cualquiera de las partes podrá someter el diferendo:
 - a) a los tribunales competentes de la Parte Contratante en el territorio en el cual se sitúa la inversión;
 - b) al Centro Internacional de Arreglo de diferencias Relativas a Inversiones (CIADI) para conciliación o arbitraje en los términos de la Convención para el Arreglo de Diferencia entre Estados y Nacionales de otros Estados celebrada en Washington D.C. el 18 de marzo de 1965;
 - c) a un tribunal ad hoc, establecido de acuerdo con las reglas de la Comisión de las Naciones Unidas sobre Derecho Mercantil (C.N.U.D.M.I.).
3. Una vez aceptada expresamente por la otra Parte y sometido el diferendo a uno de los procedimientos citados en los incisos a), b) y c) citados en el numeral anterior, la selección será definitiva.
4. Ninguna de las Partes Contratantes podrá apelar a las vías diplomáticas para resolver cualquier cuestión relacionada al arbitraje, salvo si el proceso ya

estuviera concluido y la Parte Contratante no hubiere acatado ni cumplido la decisión.

5. La sentencia será obligatoria para ambas Partes y no será objeto de ningún tipo de apelación aparte de las previstas en las citadas Convenciones. La sentencia será vinculante de acuerdo a la legislación interna de la Parte Contratante en el territorio en el cual se sitúa la inversión en cuestión.

Artículo 11 APLICACION DE OTRAS REGLAS

1. Si aparte del presente Acuerdo, las disposiciones de la legislación interna de una de las Partes Contratantes o las obligaciones emergentes del derecho internacional en vigor o que llegare a regir entre las dos Partes Contratantes, establecieren un régimen, general o especial, que confiera a las inversiones efectuadas por inversionistas de la otra Parte Contratante un tratamiento más favorable que el previsto en el presente Acuerdo, prevalecerá sobre éste el régimen más favorable.
2. Cada Parte Contratante deberá cumplir las obligaciones asumidas con relación a las inversiones realizadas por inversionistas de la otra Parte Contratante en su territorio.

Artículo 12 CONSULTAS

Los representantes de las Partes Contratantes deberán, siempre que fuere necesario, realizar reuniones sobre cualquier asunto relacionado con la aplicación de este Acuerdo. Estas consultas serán realizadas en base a la propuesta de cualquiera de las Partes Contratantes, pudiendo, si fuere necesario, proponer la realización de reuniones, en un lugar y fecha a ser acordados por vía diplomática.

Artículo 13 ENTRADA EN VIGOR Y DURACION

1. El presente Acuerdo entrará en vigor a los treinta (30) días de la fecha de la última notificación, en la cual las Partes Contratantes se hayan notificado recíprocamente por escrito, que se ha cumplido con los procedimientos constitucionales o legales internos necesarios para su aprobación en sus respectivos países y permanecerá en vigencia por un periodo de diez (10) años.
2. En el caso que cualquiera de las Partes Contratantes decida dar por terminado este Acuerdo, deberá notificar por escrito de su decisión, a la otra Parte Contratante por lo menos doce (12) meses antes de la fecha de expiración de su actual vigencia. De lo contrario, el presente Acuerdo se prorrogará por tiempo indefinido, en esa etapa las Partes Contratantes podrán notificarse de su decisión de dar por terminado este Acuerdo. Se hará efectiva la terminación del Acuerdo doce (12) meses después de la notificación escrita.

3. Con relación a aquellas inversiones realizadas antes de la fecha de terminación de este Acuerdo, los Artículos 1 al 12, precedentes del mismo continuarán en vigor por un periodo de diez (10) años a partir de esa fecha.

EN FE DE LO CUAL los abajo firmantes estando debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, suscriben el presente Acuerdo.

HECHO en la ciudad de Lisboa, a los 25 días del mes de noviembre de 1999, en dos ejemplares originales, en idioma español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

**POR LA REPUBLICA
DEL PARAGUAY**

**POR LA REPUBLICA
PORTUGUESA**

JOSE FELIX FERNANDEZ ESTIGARRIBIA
Ministro de Relaciones Exteriores

JAIME GAMA
Ministro de Asuntos Extranjeros

PROTOCOLO

En oportunidad de la firma del Acuerdo sobre Promoción y Protección Recíproca de Inversiones entre la República del Paraguay y la República Portuguesa, los Plenipotenciarios que firman al pie acordaron además, las siguientes disposiciones que constituyen parte integrante del presente Acuerdo:

1. Con respecto al Artículo 3 de presente Acuerdo:

Se aplicará lo dispuesto en el numeral 1, cuando los inversionistas de cualquiera de las Partes Contratantes, establecidos en el territorio de la otra Parte Contratante pretendan ampliar sus actividades en sectores sometidos a una reglamentación específica; o pretendan realizar inversiones en otros sectores también sometidos a una reglamentación específica.

Tales inversiones deberán ser realizadas de acuerdo a las reglas de admisión de las inversiones en los términos del Artículo 3, numeral 1 del presente Acuerdo.

2. Con respecto al Artículo 4 del presente Acuerdo:

Las Partes Contratantes consideran que las disposiciones del Artículo 4 del presente Acuerdo no perjudican el derecho de cualquiera de las Partes Contratantes de aplicar las disposiciones de su derecho fiscal.

HECHO en duplicado, en Lisboa el día 25 del mes de noviembre del año 1999, en dos ejemplares originales, en idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

**POR LA REPUBLICA
DEL PARAGUAY**

**POR LA REPUBLICA
PORTUGUESA**

JOSE FELIX FERNÁNDEZ ESTIGARRIBIA
Ministro de Relaciones Exteriores

JAIME GAMA
Ministro de Asuntos Extranjeros

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE REPUBLIC OF PARAGUAY AND THE PORTUGUESE REPUBLIC ON THE PROMOTION AND RECIPROCAL PROTECTION OF INVESTMENTS

The Republic of Paraguay and the Portuguese Republic, hereinafter referred to as the "Contracting Parties",

Desiring to intensify economic cooperation between the two States,

Wishing to create and maintain favourable conditions for investments by investors of either Contracting Party in the territory of the other Contracting Party on a basis of equality and mutual benefit,

Recognizing that the promotion and reciprocal protection of investments under this Agreement will help to stimulate private initiative and enhance the welfare of both peoples,

Have agreed as follows:

Article 1. Definitions

For the purposes of this Agreement:

1. The term "investments" shall include all kinds of assets and rights relating to economic activities undertaken by investors of either Contracting Party in the territory of the other Contracting Party within the meaning of the applicable legislation, including in particular, although not exclusively:

(a) Movable and immovable property as well as any other rights in rem, such as mortgages and pledges;

(b) Stocks, shares or other interests representing the capital of companies or any other forms of equity in companies as well as the economic interests arising from the business activity;

(c) Claims to sums of money or any other rights having an economic value, provided that they are directly linked to a specific investment;

(d) Intellectual property rights, such as copyrights, patents, utility models and industrial designs, trademarks, commercial trade names, technical processes, know-how and goodwill;

(e) Acquisition and use of concessions granted by law, including concessions to prospect for, investigate and exploit natural resources;

(f) Property that is made available to a lessee within the meaning of and in accordance with relevant legislation and the respective lease agreements in the territory of a Contracting Party in accordance with its laws and regulations.

Any change in the form in which investments are made shall not affect their status as investments, provided that such changes are made in accordance with the laws and regulations of the Contracting Party in whose territory the investment has been made.

2. The term "returns" shall mean the amounts yielded or generated by or in connection with investments made during a specific period including, in particular, profits, dividends, interest, royalties, payments for technical or managerial assistance and other income related to investments.

3. The term "investors" shall mean:

(a) Natural persons who are nationals of either Contracting Party within the meaning of the applicable legislation; and

(b) Legal persons, including enterprises, commercial companies and other companies or associations that have their head office in the territory of one of the Contracting Parties and are constituted and operate in accordance with the laws of that Contracting Party.

4. The term "territory" shall comprise the territory of each Contracting Party as defined in its legislation, including the territorial sea and any other area over which the Contracting Party in question exercises sovereignty, sovereign rights or jurisdiction in accordance with international law.

Article 2. Scope of application

The present Agreement shall also apply to investments made prior to its entry into force by investors of one of the Contracting Parties in the territory of the other Contracting Party in accordance with its legal provisions. It shall not, however, be applicable to any disputes, claims or disagreements which arose prior to its entry into force.

Article 3. Promotion and protection of investments

1. Each Contracting Party shall, as far as possible, promote and encourage investments made in its territory by investors of the other Contracting Party and admit such investments in accordance with its applicable laws and regulations. In all cases, investments shall be accorded fair and equitable treatment.

2. Investments made by investors of either Contracting Party in the territory of the other Contracting Party in accordance with the legal provisions in force and applicable in that territory shall enjoy full protection and security in the territory of the other Contracting Party.

3. Neither Contracting Party shall subject the management, maintenance, use, usufruct or disposal of investments made in its territory by investors of the other Contracting Party to unjustified, arbitrary or discriminatory measures.

Article 4. National and most-favoured-nation treatment

1. Investments made by investors of either Contracting Party in the territory of the other Contracting Party and the related returns shall be accorded treatment which is fair and equitable and no less favourable than that accorded by the latter Contracting Party to its own investors or to investors of third States.

2. Each Contracting Party shall, in respect of the management, maintenance, use, usufruct or disposal of the investments made in its territory, accord investors of the other Con-

tracting Party treatment which is fair and equitable and no less favourable than that accorded to its own investors or to investors of third States.

3. The provisions of this article shall not imply the concession by a Contracting Party to investors of the other Contracting Party of the preferential or privileged treatment accorded by virtue of:

(a) Membership in free trade areas, customs unions, existing or future common markets or other similar international agreements, including other forms of economic cooperation to which either Contracting Party has acceded or will accede; and

(b) Bilateral and multilateral agreements, regional or otherwise, concerning taxation.

Article 5. Expropriation

Investments made by investors of one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party shall not be subject to expropriation, nationalization or any other equivalent measures (hereinafter referred to as expropriation), unless such measures are taken for reasons of public interest, including social interest, in accordance with the law, on a non-discriminatory basis and against prompt payment of fair and effective compensation. Such compensation shall be equivalent to the market value of the investment on the date immediately prior to the expropriation or immediately before the expropriation became public knowledge. In the event of an unjustified delay in the payment of compensation, the latter shall include interest payable at the regular commercial rate.

Article 6. Compensation for losses

Investors of one Contracting Party whose investments in the territory of the other Contracting Party suffer losses owing to war or other armed conflict, revolution, a state of national emergency or other events regarded as equivalent under international law shall be accorded treatment by the latter Contracting Party, as regards restitution, indemnification or other relevant measures, that is no less favourable than that accorded to its own investors or investors of third States, whichever is more favourable. The resulting compensation must be freely transferable and paid without delay in convertible currency.

Article 7. Transfers

I. Each Contracting Party shall, in accordance with its applicable legislation, guarantee to investors of the other Contracting Party the free transfer of amounts related to the investments, in particular:

(a) The capital and additional amounts required for the maintenance or expansion of the investments;

(b) The returns as defined in article 1, paragraph 2, of this Agreement;

(c) The amounts required for the servicing, reimbursement or repayment of loans;

(d) The proceeds from the sale or partial or total liquidation of the investments;

(e) Compensation or other payments contemplated in articles 5 and 6 of this Agreement;

(f) Any preliminary payment that may have been made on behalf of the investor in accordance with article 8 of this Agreement.

2. The transfers mentioned in this article shall be put through without delay in convertible currency on the basis of the exchange rate applicable on the date of the transfer, in accordance with the current foreign exchange regulations of the Contracting Party in whose territory the investment was made.

3. For the purposes of this article, a transfer shall be considered to have been made "without delay" if it has been put through within the period of time normally required for the completion of the necessary formalities, which may in no case exceed sixty (60) days from the date on which the transfer request was submitted.

4. Without prejudice to the provisions of the preceding paragraphs of this article, the Contracting Parties shall ensure compliance with legal procedures of a civil nature, including labour, trade, administrative and criminal law, through the application of their respective legislation in an equitable and non-discriminatory manner and in good faith.

Article 8. Subrogation

Where one of the Contracting Parties or an agency designated by it has made payments to one of its investors by virtue of a guarantee or insurance against non-commercial risks in respect of an investment made in the territory of the other Contracting Party, the first Contracting Party shall be subrogated in consequence to the rights and actions of that investor as recognized under the legislation of the Contracting Party in whose territory the investment was made and shall be entitled to exercise them under the same terms and conditions as the original owner.

Article 9. Disputes between the Contracting Parties

1. Any disputes which may arise between the Contracting Parties concerning the interpretation or application of this Agreement shall, as far as possible, be settled by means of negotiation through the diplomatic channel.

2. If the Contracting Parties cannot reach an agreement within six (6) months after the beginning of the negotiations, the dispute shall be submitted to an arbitral tribunal upon request of either Contracting Party.

3. The arbitral tribunal shall be constituted ad hoc, as follows: each Contracting Party shall appoint one member, and these two members shall propose a national of a third State to serve as chairman, who shall be appointed by the two Contracting Parties. The members shall be appointed within two (2) months and the chairman within three (3) months from the date on which one of the Contracting Parties has notified the other of its intention to submit the dispute to an arbitral tribunal.

4. If the time limits stipulated in paragraph 3 of this article have not been met, either Contracting Party may, in the absence of any other agreement, request the President of the International Court of Justice to make the necessary appointments. If the President is pre-

vented from doing so or is a national of either Contracting Party, the Vice-President shall make the appointments.

5. If the latter is also prevented from making the appointments or is a national of either Contracting Party, the appointments shall be made by the member of the Court next in seniority, provided that he or she is not a national of either Contracting Party.

6. The chairman of the arbitral tribunal must be a national of a State with which both Contracting Parties have diplomatic relations.

7. The arbitral tribunal shall reach its decisions by a majority of votes. Its decisions shall be final and binding on both Contracting Parties. Each Contracting Party shall bear the cost of its arbitrator and its representation in the proceedings before the arbitral tribunal. The cost of the chairman and all remaining costs shall be borne in equal parts by the Contracting Parties. The Contracting Parties may make alternative arrangements in advance concerning costs. The arbitral tribunal shall define its own rules of procedure.

Article 10. Disputes between a Contracting Party and an investor of the other Contracting Party

1. Any disputes which arise between an investor of one Contracting Party and the other Contracting Party concerning an investment made by the said investor in the territory of the latter Contracting Party shall be settled amicably by negotiation between the parties to the dispute.

2. If the dispute cannot be settled in accordance with the provisions of paragraph 1 of this article within six (6) months from the date on which one of the parties to the dispute has requested it, either of the parties may submit the dispute to:

(a) The competent courts of the Contracting Party in whose territory the investment has been made;

(b) The International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID), for conciliation or arbitration pursuant to the Convention on the Settlement of Investment Disputes between States and Nationals of Other States, concluded at Washington, D.C. on 18 March 1965;

(c) An ad hoc tribunal constituted in accordance with the rules of the United Nations Commission on International Trade Law (UNCITRAL).

3. Once the other party has expressly accepted the choice and the dispute has been submitted to one of the procedures described in paragraphs 2 (a), (b) and (c) above, the choice shall be definitive.

4. Neither Contracting Party may resort to the diplomatic channel for the settlement of any issues relating to the arbitration, unless the proceedings have already been concluded and the Contracting Party has not complied with or implemented the decision.

5. The decision shall be binding on both Contracting Parties and shall not be subject to appeal except as provided for in the aforementioned conventions. The decision shall be enforceable in accordance with the domestic legislation of the Contracting Party in whose territory the investment in question was made.

Article 11. Applicability of other rules

1. If, aside from this Agreement, the provisions of the domestic legislation of either Contracting Party or obligations arising from existing or future international law governing both Contracting Parties provide for a general or specific regime granting more favourable treatment to investments made by investors of the other Contracting Party than that provided for in this Agreement, the more favourable regime shall prevail.

2. Each Contracting Party must fulfil its commitments concerning investments made in its territory by investors of the other Contracting Party.

Article 12. Consultations

Representatives of the Contracting Parties shall, whenever necessary, hold meetings on any matter relating to the application of this Agreement. Such consultations shall be held at the suggestion of either Contracting Party, which may, if necessary, propose holding a meeting at a place and time to be agreed through the diplomatic channel.

Article 13. Entry into force and duration

1. This Agreement shall enter into force thirty (30) days from the date of the last notification in which the Contracting Parties have notified each other in writing that they have fulfilled the domestic constitutional or legal requirements for its approval in their respective countries and shall remain in force for a period of ten (10) years.

2. If either Contracting Party decides to terminate this Agreement, it must notify the other Contracting Party of its decision in writing at least twelve (12) months prior to its current expiry date. Otherwise, this Agreement shall be renewed for an indefinite period and, at that stage, the Contracting Parties may notify one another of their decision to terminate it. The Agreement shall be terminated twelve (12) months after such written notification.

3. With respect to investments made before the date of termination of this Agreement, articles 1 to 12 thereof shall remain in force for a period of ten (10) years from that date.

In witness whereof, the undersigned, being duly authorized by their respective Governments, have signed this Agreement.

Done at Lisbon on 25 November 1999, in two originals in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Republic of Paraguay:

JOSÉ FELIX FERNÁNDEZ ESTIGARRIBIA
Minister for Foreign Affairs

For the Portuguese Republic:

JAIME GAMA
Minister for Foreign Affairs

PROTOCOL

Upon signature of the Agreement between the Republic of Paraguay and the Portuguese Republic on the Promotion and Reciprocal Protection of Investments, the undersigned plenipotentiaries also agreed on the following provisions, which form an integral part of the Agreement:

1. With reference to article 3 of the Agreement:

The provisions of paragraph 1 shall apply when investors of either Contracting Party established in the territory of the other Contracting Party wish to expand their activities in sectors subject to specific regulations; or wish to make investments in other sectors which are also subject to specific regulations.

Such investments shall be made in accordance with the rules on admission of investments within the meaning of article 3, paragraph 1 of this Agreement.

2. With reference to article 4 of the Agreement:

The Contracting Parties consider that the provisions of article 4 of this Agreement shall not prejudice the right of either Contracting Party to apply the provisions of its tax law.

Done in duplicate at Lisbon on 25 November 1999, in two originals in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Republic of Paraguay:
JOSÉ FELIX FERNÁNDEZ ESTIGARRIBIA
Minister for Foreign Affairs

For the Portuguese Republic:
JAIME GAMA
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE DU PARAGUAY ET LA RÉPUBLIQUE
PORTUGAISE RELATIF À LA PROMOTION ET À LA PROTECTION RÉ-
CIPROQUE DES INVESTISSEMENTS

La République du Paraguay et la République portugaise, ci-après dénommées les "Parties contractantes",

Désireuses d'intensifier la coopération économique entre les deux États,

Animées du désir de créer et d'entretenir des conditions favorables aux investissements réalisés par des investisseurs d'une Partie contractante sur le territoire de l'autre, sur la base de l'égalité et des avantages mutuels,

Reconnaissant que la promotion et la protection réciproque des investissements dans le cadre du présent Accord contribueront à stimuler les initiatives privées et à renforcer la sécurité des deux peuples,

Sont convenues de ce qui suit :

Article premier. Définitions

Aux fins du présent Accord :

1. Le terme "investissements" englobe tous les types d'actifs et de droits liés à des activités économiques entreprises par des investisseurs d'une Partie contractante sur le territoire de l'autre, au sens de la législation applicable, y compris notamment mais pas exclusivement :

a) les biens meubles et immeubles, ainsi que tous autres droits réels, tels que hypothèques et nantissements;

b) les actions, les parts ou autres intérêts représentant le capital de sociétés ou toute autre forme d'actions de sociétés, ainsi que les intérêts économiques tirés d'une activité commerciale;

c) les créances monétaires et tous autres droits ayant une valeur économique à condition qu'ils soient directement liés à un investissement spécifique;

d) les droits de propriété intellectuelle, tels que les droits d'auteur, les brevets, les dessins et modèles, ou les droits de propriété industrielle, tels que marques de fabrique, noms commerciaux, secrets de fabrication, procédés techniques, savoir-faire et clientèle;

e) les concessions de droit public, y compris les concessions relatives à la prospection, l'extraction et l'exploitation des ressources naturelles;

f) les biens qui sont mis à la disposition d'un locataire, au sens de la législation pertinente et conformément à ses dispositions, dans les divers accords de leasing sur le territoire d'une Partie contractante, conformément à sa législation et à sa réglementation.

Aucune modification de la forme dans laquelle les actifs sont investis ou réinvestis n'affecte leur caractère d'investissements, sous réserve que cette modification soit conforme aux lois de la Partie contractante qui accueille l'investissement.

2. Le terme "revenus" désigne les montants produits par un investissement et, notamment mais non exclusivement, les bénéfices, dividendes, intérêts, plus-values, redevances, honoraires et tout revenu provenant de bénéfices d'exploitation.

3. Le terme "investisseurs" désigne :

a) les personnes physiques qui sont des ressortissants de l'une ou l'autre Partie contractante au sens de la législation applicable; et

b) les personnes morales, y compris des entreprises, des sociétés commerciales et autres sociétés ou associations qui ont leur siège sur le territoire d'une des Parties contractantes et sont constituées et travaillent conformément à la législation de ladite Partie contractante.

4. Le terme "territoire" s'entend du territoire de chaque Partie contractante, tel qu'il est défini par sa législation, y compris ses eaux territoriales et autres zones sur lesquelles la Partie contractante intéressée exerce sa souveraineté, des droits souverains ou sa juridiction conformément au droit international.

Article 2. Champ d'application

Le présent Accord s'applique également aux investissements réalisés avant son entrée en vigueur par des investisseurs d'une des Parties contractantes sur le territoire de l'autre, conformément à ses dispositions légales. Il n'est toutefois pas applicable aux différends, revendications ou désaccords survenus avant son entrée en vigueur.

Article 3. Promotion et protection des investissements

1. Chaque Partie contractante favorise et encourage dans toute la mesure du possible les investissements effectués sur son territoire par des investisseurs de l'autre Partie contractante et admet lesdits investissements conformément à sa législation et sa réglementation applicables. Dans tous les cas, les investissements bénéficient d'un traitement équitable et honnête.

2. Les investissements effectués par des investisseurs d'une Partie contractante sur le territoire de l'autre, conformément à ses dispositions légales en vigueur et applicables sur son territoire, jouissent d'une protection et d'une sécurité totales sur le territoire de l'autre Partie contractante.

3. Aucune Partie contractante ne soumet la gestion, l'entretien, l'utilisation, l'usufruit ou la cession des investissements faits sur son territoire, par des investisseurs de l'autre Partie contractante, à des mesures injustifiées, arbitraires ou discriminatoires.

Article 4. Traitement national et traitement de la nation la plus favorisée

1. Les investissements effectués par des investisseurs d'une Partie contractante sur le territoire de l'autre, ainsi que les revenus qui y sont liés, jouissent d'un traitement qui est honnête et équitable et qui n'est pas moins favorable que celui qui est accordé par la dernière Partie contractante à ses propres investisseurs ou à des investisseurs d'États tiers.

2. Chaque Partie contractante assure aux investisseurs de l'autre Partie contractante en ce qui concerne la gestion, l'entretien, l'exploitation, la jouissance, la cession ou, le cas échéant, la liquidation de leurs investissements effectués sur le territoire de cette autre Partie, un traitement qui n'est pas moins favorable que le traitement le plus favorable qu'elle accorde aux investissements effectués soit par ses propres investisseurs, soit par des investisseurs de tout État tiers.

3. Les dispositions du présent article ne sauraient être interprétées comme obligeant l'une ou l'autre des Parties contractantes à étendre aux investisseurs de l'autre Partie contractante un traitement de préférence ou des privilèges accordés en vertu :

a) d'une adhésion à une zone de libre échange, une union douanière, un marché commun déjà existant ou envisagé, ou autres arrangements internationaux similaires, y compris toute forme de coopération économique, à laquelle une Partie contractante a adhéré ou adhéra;

b) d'accords bilatéraux et multilatéraux, régionaux ou autres, concernant la fiscalité.

Article 5. Expropriation

Les investissements effectués par les investisseurs de l'une des Parties contractantes sur le territoire de l'autre ne peuvent faire l'objet d'aucune mesure de nationalisation ou d'expropriation, ni de toute autre mesure ayant des effets analogues (ci-après dénommée "expropriation"), sauf pour des motif d'intérêt public ou selon les procédures dûment établies par la loi, de manière non discriminatoire et sous réserve du prompt paiement d'une indemnité adéquate et effective. L'indemnité doit être équivalente à la valeur marchande qu'avait l'investissement exproprié immédiatement avant la date à laquelle la mesure d'expropriation a été adoptée, mais en tout cas avant qu'elle ait été annoncée publiquement ou avant que son imminence ait été publiquement connue. En cas de retard injustifié dans le versement de la compensation, celle-ci sera augmentée des intérêts payables au taux commercial régulier.

Article 6. Indemnisation pour pertes

Les investisseurs d'une des Parties contractantes, dont les investissements sur le territoire de l'autre Partie contractante subissent des pertes en raison d'une guerre, d'un conflit armé, d'un état d'urgence national, d'une insurrection, de troubles ou de tout autre événement similaire, se voient accorder à titre de restitution, d'indemnisation, de compensation ou d'autre règlement, le traitement le plus favorable que cette autre Partie contractante accorde à ses propres investisseurs ou aux investisseurs de tout État tiers. Les paiements correspondants doivent être librement transférables et effectués sans délai dans une devise convertible.

Article 7. Transferts

1. Chaque Partie contractante, conformément à sa législation applicable, garantit aux investisseurs de l'autre Partie contractante le libre transfert des montants liés aux investissements et notamment :

- a) l'apport de capital initial et tout apport additionnel nécessaires à l'entretien ou à l'expansion des investissements;
- b) les revenus des investissements tels que définis au paragraphe 2 de l'article premier du présent Accord;
- c) les fonds nécessaires à l'amortissement des prêts relatifs à un investissement ou un remboursement des prêts;
- d) le produit de la vente ou de la liquidation partielle ou totale des investissements;
- e) les indemnités et compensations prévues aux articles 5 et 6 du présent Accord;
- f) tout versement préliminaire qui peut avoir été fait au nom de l'investisseur, conformément à l'article 8 du présent Accord.

2. Les transferts mentionnés dans le présent article sont effectués sans délai en monnaie librement convertible sur la base du taux de change applicable à la date du transfert, conformément à la réglementation en matière de change de la Partie contractante, sur le territoire de laquelle l'investissement a été fait.

3. Aux fins du présent article, un transfert est considéré comme ayant été réalisé "sans délai" s'il a été effectué dans la période de temps normalement nécessaire pour l'achèvement des formalités qui ne peuvent en aucun cas dépasser soixante (60) jours à compter de la date à laquelle les demandes de transfert ont été présentées.

4. Sans préjuger des dispositions des paragraphes précédents du présent article, les Parties contractantes veillent à observer les procédures locales de caractère civil, y compris la législation du travail, commerciale, administrative ou pénale, grâce à l'application de leurs législations respectives, d'une manière équitable et non discriminatoire et en toute bonne foi.

Article 8. Subrogation

Lorsqu'une Partie contractante ou une entité par elle désignée effectue un paiement en vertu d'une police d'assurance ou d'une garantie couvrant les risques non commerciaux en rapport avec un investissement réalisé par l'un de ses investisseurs sur le territoire de l'autre Partie contractante, cette dernière reconnaît la subrogation de la première Partie contractante ou de l'entité par elle désignée à tous les droits dudit investisseur, et celle-ci peut alors les faire valoir dans les mêmes conditions que le détenteur original.

Article 9. Différends entre les Parties Contractantes

1. Tout différend s'élevant entre les Parties contractantes en rapport avec l'interprétation ou l'application des dispositions du présent Accord est réglé par des négociations au niveau diplomatique.

2. Si les Parties contractantes ne peuvent parvenir à un accord dans les six (6) mois qui suivent l'ouverture des négociations, le différend est soumis à un tribunal d'arbitrage, à la demande de l'une ou l'autre des Parties contractantes.

3. Le tribunal d'arbitrage est constitué de la façon suivante : chaque Partie contractante désigne un arbitre et ces deux arbitres élisent un national d'un pays tiers en tant que Prési-

dent. Les arbitres sont désignés dans les deux (2) mois et le Président dans les trois (3) mois à partir de la date à laquelle une des Parties contractantes a informé l'autre de son intention de soumettre le différend à un tribunal d'arbitrage.

4 Si les nominations nécessaires ne sont pas faites dans les délais prévus au paragraphe 3 du présent article, l'une ou l'autre Partie contractante peut, en l'absence de tout autre accord, inviter le Président de la Cour internationale de justice à procéder aux nominations nécessaires. Si le Président est empêché ou s'il est un national d'une des Parties contractantes, le Vice-président est invité à procéder à ces désignations.

5. Si ce dernier est également empêché de procéder aux désignations nécessaires ou s'il est un ressortissant de l'une ou l'autre des Parties contractantes, les nominations sont effectuées par le doyen des membres de la Cour internationale de justice, qui n'est ressortissant d'aucune des Parties contractantes.

6. Le Président du tribunal d'arbitrage doit être un ressortissant d'un État avec lequel les deux Parties contractantes entretiennent des relations diplomatiques.

7. Le tribunal d'arbitrage prend ses décisions à la majorité des voix. Ces décisions sont définitives et contraignantes pour les Parties contractantes. Chacune d'entre elles assume les coûts de son arbitre ainsi que ceux de sa représentation dans la procédure devant le tribunal d'arbitrage. Les frais afférents au Président et tous les autres coûts restants sont partagés à égalité entre les Parties contractantes. Ces dernières peuvent prévoir d'autres arrangements concernant les coûts. Le tribunal d'arbitrage établit son propre règlement intérieur.

Article 10. Différends entre une Partie contractante et un investisseur de l'autre Partie contractante

1. Tout différend s'élevant entre un investisseur d'une Partie contractante et l'autre Partie contractante au sujet d'un investissement effectué par ledit investisseur, sur le territoire de la dernière Partie contractante, est réglé à l'amiable par des négociations entre les parties au différend.

2. Si le différend ne peut être réglé, conformément aux dispositions du paragraphe 1 du présent article, dans les six (6) mois qui suivent la date à laquelle une des parties au différend a demandé le règlement, l'une ou l'autre partie peut soumettre le différend aux instances suivantes :

a) les tribunaux compétents de la Partie contractante, sur le territoire de laquelle l'investissement a été fait;

b) le Centre international pour le règlement des différends relatifs aux investissements (CIRDI), en application de la Convention pour le règlement des différends relatifs aux investissements entre États et ressortissants d'autres États, conclue à Washington D.C. le 18 mars 1965;

c) un tribunal spécial constitué conformément aux règlements de la Commission des Nations Unies pour le droit commercial international (CNUDCI).

3. Une fois que l'autre partie a officiellement accepté le choix et que le différend a été soumis à l'une des instances décrites aux alinéas a), b) et c) du paragraphe 2 ci-dessus, le choix est définitif.

4. Aucune des Parties contractantes ne peut avoir recours à la voie diplomatique pour le règlement d'une question quelconque relative à l'arbitrage, à moins que les débats aient déjà eu lieu et que la Partie contractante n'ait pas respecté ou ne se soit pas conformée à la décision.

5. La décision est contraignante pour les deux Parties contractantes et ne peut faire l'objet d'un appel sauf dans les cas prévus par les Conventions mentionnées ci-dessus. La décision est exécutoire conformément à la législation nationale de la Partie contractante, sur le territoire de laquelle l'investissement en question a été fait.

Article 11. Applicabilité d'autres règles

1. Si, en plus du présent Accord, les dispositions de la législation nationale de l'une ou l'autre Partie contractante ou les obligations résultant d'une loi internationale déjà adoptée ou envisagée, régissant les deux Parties contractantes, prévoient un régime général ou spécifique, aux termes duquel un traitement plus favorable que celui prévu dans le présent Accord est accordé aux intéressés, le régime le plus favorable l'emporte.

2. Chaque Partie contractante doit remplir ses engagements au sujet des investissements réalisés sur son territoire par les investisseurs de l'autre Partie contractante.

Article 12. Consultations

Les représentants des Parties contractantes se réunissent, chaque fois que nécessaire, pour examiner toute question liée à l'application du présent Accord. Ces consultations sont convoquées à la suggestion de l'une ou l'autre Partie contractante qui peut, le cas échéant, proposer l'organisation d'une réunion dans un lieu et à une époque devant être décidés par la voie diplomatique.

Article 13. Entrée en vigueur et durée

1. Le présent Accord entre en vigueur trente (30) jours à compter de la date à laquelle la dernière notification par laquelle les Parties contractantes se sont informées par écrit qu'elles ont accompli les formalités constitutionnelles nationales ou législatives, nécessaires pour son approbation dans leurs pays respectifs sont achevées et il produit ses effets pendant dix (10) ans.

2. Au cas où l'une ou l'autre Partie contractante décide de mettre fin au présent Accord, elle doit notifier à l'autre sa décision par écrit au moins douze (12) mois avant la date d'expiration de la période de validité en cours. Autrement, le présent Accord peut être renouvelé pour des périodes indéfinies et, à ce stade, les Parties contractantes peuvent se notifier leur décision d'y mettre fin. L'Accord cessera d'être valide douze (12) mois après la réception de la notification écrite.

3. En ce qui concerne les investissements réalisés avant la date de dénonciation du présent Accord, les articles 1 à 12 de ce dernier restent en vigueur pendant une période supplémentaire de dix (10) ans après cette date.

En foi de quoi, les soussignés, à ce dûment autorisés par leurs Gouvernements respectifs, ont signé le présent Accord.

Fait à Lisbonne le 25 novembre 1999 en deux originaux en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République du Paraguay :
Le Ministre des Affaires étrangères
JOSÉ FELIX FERNÁNDEZ ESTIGARRIBIA

Pour la République Portugaise :
Le Ministre des Affaires étrangères
JAIME GAMA

PROTOCOLE

Lors de la signature de l'Accord entre la République du Paraguay et la République portugaise relatif à la promotion et à la protection réciproque des investissements, les plénipotentiaires sous-signés sont également convenus des dispositions suivantes qui forment partie intégrante de l'Accord :

1. En ce qui concerne l'article 3 de l'Accord :

Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent lorsque les investisseurs de l'une ou l'autre Partie contractante établis sur le territoire de l'autre souhaitent développer leurs activités dans des secteurs qui sont régis par une réglementation spécifique ou désirent investir dans d'autres secteurs qui sont également régis par des réglementations de même nature.

Ces investissements sont réalisés conformément aux règlements d'admission des investissements au sens du paragraphe 1 de l'article 3 du présent Accord.

2. En ce qui concerne l'article 4 de l'Accord :

Les Parties contractantes estiment que les dispositions de l'article 4 du présent Accord ne portent pas préjudice au droit de l'une ou l'autre Partie contractante d'appliquer les dispositions de sa législation fiscale.

Fait à Lisbonne le 25 novembre 1999, en eux exemplaires originaux en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République du Paraguay :
Le Ministre des Affaires étrangères
JOSÉ FELIX FERNÁNDEZ ESTIGARRIBIA

Pour la République Portugaise :
Le Ministre des Affaires étrangères
JAIME GAMA

